

Teoria e Prática

Curso e apoio ao aleitamento materno em Santa Catarina

Investindo na formação profissional, a **Sociedade Catarinense de Pediatria (SCP)** apoiou a realização, em maio, no Hospital e Maternidade de Jaraguá do Sul, de um Curso de Aleitamento Materno, com o modelo proposto pelo Ministério da Saúde. A atividade fez parte da I Jornada de Nutrição, IV de Enfermagem e I Simpósio de Infecção Hospitalar. Foi uma “ótima oportunidade de reciclagem para médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e estudantes de toda a região norte do estado”, comenta a presidente do Departamento Científico de Aleitamento Materno da entidade, dra. Maria Beatriz Nascimento.

A SCP está trabalhando nos preparativos para a SMAM e dra. Maria Beatriz ressalta a importância do apoio do pediatra desde antes do parto: “Durante o pré-natal, o suporte do obstetra é fundamental, e o pediatra entra para reforçar, informando sobre a amamentação precoce, a livre demanda, o alojamento conjunto, esclarecendo as dúvidas da mãe”. A médica assinala também a grande ajuda prestada pelas madrinhas da SMAM: “Acho que influenciam muito positivamente. As mães olham e dizem: ‘se ela pode, eu também posso!’”.

Santa Catarina possui hoje treze bancos de leite e vários Hospitais Amigos da Criança. Um deles é a Maternidade Darcy Vargas, em Joinville, onde trabalha a dra. Maria Beatriz. Com atendimento multidisciplinar à gestante e à mãe e o banco de leite referencial do estado, o trabalho é desenvolvido em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e com a **Sociedade de Pediatria de Joinville**, regional da SCP. Segundo a médica, pesquisa recente comprovou que, no momento da alta hospitalar, 84,4% dos prematuros da Maternidade estão em aleitamento materno exclusivo, 10,2% em amamentação complementada e, apenas 5,4% desmamados.

Entre as boas histórias está a de Berenice Chuffo, de 28 anos, moradora de São Francisco do Sul, cidade vizinha a Joinville. Dra. Maria Beatriz conta que o filho da paciente nasceu prematuro, com 28 semanas de gestação e pesando 1.130 gramas. Apresentou várias doenças decorrentes da prematuridade e, durante o tratamento do filho, Berenice ficou alojada no hospital, participando dos cuidados, ordenhando o leite e fazendo o método Canguru. Após 70 dias de hospitalização, com um peso de 2.300 gramas, o bebê recebeu alta em aleitamento materno exclusivo!

Amamentação de prematuros de muito baixo peso no Rio Grande do Sul

Universitário e com o título de Amigo da Criança, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre possui um programa de incentivo ao aleitamento materno, que atende também as mães dos recém-nascidos mais graves, que permanecem um longo período na UTI Neonatal. Os bebês de muito baixo peso (PN entre 500 gramas e 1500 gramas) são acompanhados após a alta hospitalar no Ambulatório, que existe de forma estruturada para atender esta população desde o início de 2004 e é coordenado pela dra. Rita de Cássia Silveira, do Departamento de Neonatologia da SBP, secretária-geral da **Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul (SPRS)** e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Juntamente com as residentes de terceiro ano Luciana T. Fonseca e Luciana A. Heidemann, dra. Rita fez um levantamento de dados e verificou que as taxas de aleitamento materno exclusivo são “crescentes, após cada consulta de retorno, embora ainda pareçam baixas”. O “grupo de pais” coordenado pela equipe assistencial da Neonatologia incentiva o aleitamento materno durante a internação do paciente, mesmo que o recém-nascido ainda encontre-se sem condições clínicas para coordenar sucção e deglutição e mamar efetivamente ao seio materno. Segundo as médicas, são utilizados os “cinco conceitos básicos” da assistência na prematuridade: “a longa permanência na UTI não impede a mãe de amamentar seu bebê assim que o recém-nascido tenha condições clínicas; é necessário estimular ‘apego’ e ‘vínculo materno’; é possível amamentar independente da idade gestacional e do peso de nascimento; o baixo peso de nascimento deve ser um REFORÇO à prioridade do leite materno; a sensibilização e a qualificação da equipe de assistência à mãe e ao bebê é condição fundamental para o bom andamento do aleitamento materno”. As pediatras assinalam que “o incentivo à amamentação é contínuo também após a alta hospitalar, com visitas periódicas no seguimento. Trata-se de “população de pré-termos extremos, sendo que muitos são submetidos a ventilação mecânica por período prolongado, apresentam Doença de Membrana Hialina e sepsse grave, além de outras morbidades”, informam. Há bebês que necessitam ainda “de nutrição parenteral seguida de alimentação enteral inicialmente via sonda e somente próximo às 34-35 semanas de idade corrigida têm a possibilidade de coordenar sucção-deglutição e mamar por via oral”, finalizam.

vamente ao seio materno. Segundo as médicas, são utilizados os “cinco conceitos básicos” da assistência na prematuridade: “a longa permanência na UTI não impede a mãe de amamentar seu bebê assim que o recém-nascido tenha condições clínicas; é necessário estimular ‘apego’ e ‘vínculo materno’; é possível amamentar independente da idade gestacional e do peso de nascimento; o baixo peso de nascimento deve ser um REFORÇO à prioridade do leite materno; a sensibilização e a qualificação da equipe de assistência à mãe e ao bebê é condição fundamental para o bom andamento do aleitamento materno”. As pediatras assinalam que “o incentivo à amamentação é contínuo também após a alta hospitalar, com visitas periódicas no seguimento. Trata-se de “população de pré-termos extremos, sendo que muitos são submetidos a ventilação mecânica por período prolongado, apresentam Doença de Membrana Hialina e sepsse grave, além de outras morbidades”, informam. Há bebês que necessitam ainda “de nutrição parenteral seguida de alimentação enteral inicialmente via sonda e somente próximo às 34-35 semanas de idade corrigida têm a possibilidade de coordenar sucção-deglutição e mamar por via oral”, finalizam.

Gotas

O **Ministério da Saúde (MS)** já começou os treinamentos dos profissionais para a **II Pesquisa Nacional de Prevalência de Aleitamento Materno**, que vai ocorrer durante a segunda etapa da Campanha de Vacinação, em todas as capitais e em municípios definidos pelas Secretarias estaduais de Saúde. Para análise das práticas alimentares de menores de um ano será utilizada amostra por conglomerados, com sorteio em dois estágios, já que as crianças não estão distribuídas uniformemente nos vários postos de vacinação. A pesquisa será coordenada pela dra. Sônia Venâncio, do Instituto de Saúde de São Paulo, e vai investigar o consumo, nas 24 horas anteriores, de leite materno, outros tipos de leite e outros alimentos, seguindo as recomendações da OMS para levantamentos sobre amamentação. A assessora do MS Lilian Córdoba do Espírito Santo observa que, “embora os resultados encontrados na pesquisa nacional realizada em

1999 mostrassem uma tendência ascendente da prática no País – considerando as anteriores, realizadas a partir de 1975 –, estamos distantes do preconizado pela OMS e é importante obtermos dados atuais, para pensarmos as estratégias de intensificação das ações de proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno no Brasil”.

Com ênfase na **atenção básica**, o Ministério da Saúde está criando a **Rede Amamenta Brasil**, uma estratégia de educação permanente em saúde, com objetivo de sistematizar um conjunto de ações que contribuam para o desenvolvimento de competências dos profissionais de saúde para uma prática integralizadora em Aleitamento Materno. Sua implementação se dará por meio de Oficinas de Formação de Tutores da Rede e Oficinas de Trabalho em Aleitamento Materno nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). As primeiras, as cinco macroregionais, já

começaram em maio e vão até agosto, com trinta participantes cada uma e 40 horas de duração.

Dra. **Graciete Vieira** apresentou **pesquisa, no Encontro Nacional de Aleitamento Materno (ENAM)**, em maio, sobre a intenção materna de amamentar, realizada em maternidade de Feira de Santana (BA). Das 1370 nutrizas entrevistadas, 41,3% pretendia amamentar entre 6 e 12 meses, quase a metade, 49,3%, não soube definir a intenção quanto ao tempo de amamentação, 4,1% pretendia amamentar nos primeiros cinco meses, e somente 5,3% desejavam amamentar por mais de um ano. “A recomendação de aleitamento materno da OMS não faz parte ainda das expectativas da maioria das mulheres. Precisamos intensificar muito nossas ações de promoção e apoio da amamentação”, comenta a presidente do DC.

A **Prefeitura de Casimiro de Abreu** lançou, em março, uma campanha de incentivo à amamentação. No evento, foram veiculados os filmes produzidos pela SBP com Cássia Kiss e com Thiago Lacerda e Vanessa Lôes.



Michelle, de 28 anos, amamenta o filho Antônio desde o momento em que ele nasceu



Caros Amigos

“O aleitamento materno é um direito natural de todas as crianças e cabe ao poder público e à sociedade garanti-lo”, diz a Carta de Belém. O documento final do **X Encontro Nacional de Aleitamento Materno**, realizado em maio, na capital do Pará, expressa também a posição dos 2.408 participantes pela aprovação do projeto de lei que prevê a ampliação da licença-maternidade para seis meses, com a instituição da empresa cidadã. De fato, desde agosto de 2005, quando a senadora Patrícia Saboya, atendendo à proposta formulada pela SBP, deu início à tramitação do projeto no Congresso Nacional, crescem as adesões em todo o País. Além de governos estaduais e municípios, antes mesmo de poderem usufruir da isenção fiscal a ser conferida pela nova legislação, várias empresas já adotaram a licença ampliada.

Poder público e sociedade civil finalmente parecem entender suas responsabilidades no **apoio** à maternidade e à **amamentação**. Com certeza, esse tema, definido pela Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno (WABA) para a **17ª SMAM**, que ocorrerá de 1 a 7 de agosto, ampliará ainda mais o debate sobre o papel que todos devemos desempenhar para proporcionar as condições necessárias ao exercício do ato natural de amamentar. No Brasil, em 2008 comemoraremos também a **10ª campanha da madrinha da Semana**, outra iniciativa da SBP já assumida não apenas pelo Ministério da Saúde, como pelos movimentos sociais. É mais um marco na divulgação das vantagens do aleitamento materno e da importância do apoio de madrinhas, anônimos, famílias, profissionais da saúde, governos, cada um fazendo a sua parte. Tenham todos uma boa Semana!

Dioclécio Campos Jr.
Presidente da SBP

Graciete Vieira
Presidente do Departamento Científico de Aleitamento Materno da SBP

O apoio é o tema escolhido pela WABA para a SMAM de 2008. Na verdade, “a amamentação depende, em grande parte, da ajuda recebida pelas mães desde a gestação”, observa a dra. Graciete Vieira, presidente do **Departamento de Aleitamento Materno** da SBP, lembrando a importância da participação dos companheiros, da família, do auxílio dos vizinhos e dos amigos. Quanto aos profissionais da saúde, “é fundamental que orientem as mães sobre como amamentar, tranquilizando-as nos momentos de dúvidas ou dificuldades e ajudando-as a superar os obstáculos, proporcionando segurança, transmitindo confiança”, assinala. Foi o que ocorreu com **JANAÍNA ALBUQUERQUE**, 29 anos, mãe de **ANTÔNIO MIGUEL**, de dois meses, assistente administrativa da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas – uma das primeiras beneficiadas com a licença-maternidade de seis meses recentemente conquistada pelas funcionárias públicas do estado. Eis seu depoimento: “A primeira coisa que a dra. **NADJA GAZZANELO** (na foto acima com Janaina e Antônio) me disse foi que desse só o peito. Mas achei que meu leite estava secando, fiquei muito nervosa e acabei dando o leite artificial por um dia. Mas a pediatra me explicou que com a sucção do bebê o leite viria. Fomos nos adap-



tando, eu e ele, as mamadas noturnas foram diminuindo, passei a dormir melhor, comecei a relaxar mais e curtir o momento. As coisas foram fluindo melhor. O pai do meu filho não assumiu, mas tenho contado com o apoio dos meus pais (no detalhe, no alto), irmãs, dos amigos, de todos. Meu pai é muito coruja e tem inclusive cuidado muito da minha alimentação. Vou juntar as minhas férias com a licença e ficar sete meses só com o meu filho. Quero amamentá-lo

por um ano ou dois”, declara. “É ótimo ver uma pessoa admirada e bonita dando o exemplo!”, acrescenta, assinalando que espera agora pela madrinha da SMAM desse ano. “Tenho dito para as minhas pacientes que quem dá de mamar está na moda”, comenta também a dra. **NADJA**, que atua em consultório e trabalha nos Hospitais da Universidade Federal de Alagoas e no Arthur Ramos, em Maceió. Foi lá que conheceu Janaina.

Alagoas dá exemplo de mobilização

Não foi fácil conquistar a licença-maternidade de seis meses para as funcionárias do estado. A **Sociedade Alagoana de Pediatria (SAP)** lutou muito por esta vitória, conta a presidente do Comitê de Aleitamento Materno, dra. Ana Maria Melo: “Durante quase três anos, a entidade discutiu o assunto com a população, coletando assinaturas em praça pública e em maternidades, ocupando todos os espaços possíveis na imprensa, transmitindo as informações sobre a campanha para a OAB. Também preparamos a justificativa e fizemos a proposta ao deputado estadual Judson Cabral, que tem tratado de projetos que dizem respeito à defesa de crianças e adolescentes. Foi ele

quem apresentou a proposta. No início, a idéia não foi bem acolhida, nem mesmo pela bancada feminina. A própria Secretaria de Estado da Mulher ficou inicialmente preocupada com os custos para o Governo e com uma possível retração do mercado de trabalho feminino. Mas na audiência pública realizada em agosto do ano passado, dra. Maria de Lourdes Vieira Fonseca (no destaque da foto) argumentou brilhantemente, diante também da Procuradoria Pública do Estado. Toda a diretoria da Sociedade participou do trabalho de convencimento dos deputados”. No final de dezembro, a emenda à Constituição do Estado foi aprovada pela Assembleia Legislativa e publicada



no Diário Oficial. “Agora, estamos trabalhando para levar o benefício para os municípios, assim como pela vitória no Congresso Nacional”, assinala a presidente da SAP, dra. Sônia Uchôa.

Entrevista

Uma empresa amiga da infância

A assistente social e pedagoga **Márcia Alves Tanaka** é supervisora e responsável pelos programas sociais das duas creches do laboratório farmacêutico Eurofarma, sediado na capital paulista. Como empresa que oferece benefícios às trabalhadoras, está entre as convidadas dos hospitais públicos da Região Sul para a mesa-redonda marcada para 12 de agosto. A Eurofarma possui 2500 funcionários e seis unidades. As mães das quatro que não têm creche são reembolsadas pelos custos extras. A empresa tem também sala de amamentação e, desde janeiro de 2008, as mães podem optar pela licença-maternidade de seis meses.

Márcia, como surgiu a idéia de ampliar a licença-maternidade para seis meses?

Estamos acompanhando o movimento nacional e nos antecipamos à legislação. Acharmos que, independente de ressarcimento no Imposto de Renda, o apoio à maternidade é muito importante.

Como funcionam os projetos de apoio à maternidade?

Logo que a funcionária ou a mulher de um funcionário engravida, pode se inserir no Programa de Gestantes, que nasceu com a creche. O casal é incentivado a participar e recebe diversos esclarecimentos, principalmente no campo da nutrição. A gestante tem mais intervalos no trabalho e alimentação mais fracionada e balanceada.

E depois do nascimento da criança?

Durante a primeira semana, quando o pai ainda está também licenciado, começa o programa "Vida nova, nova vida". A funcio-

nária recebe a visita dos enfermeiros e, entre os objetivos, está o incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses. É também, efetivamente, um apoio emocional importante. Muitas vezes, encontramos as avós nas residências, e é o momento de incentivar o apoio da família. Falamos das vantagens do leite materno, comparamos com o modificado, argumentamos contra os mitos de "leite fraco...".

Como é a volta ao trabalho?

A criança vem com a mãe para a creche, que chamamos de "Espaço Criança". Lá, fazemos um trabalho também com o pai, mostrando como o apoio psicológico e o carinho dele são importantes. A primeira unidade da creche tem 10 anos e a filial completou um. As duas contam com sala de amamentação para a coleta e a estocagem de leite. No final da tarde, a mãe leva o leite para casa, para ser dado no copinho, se for necessário.

As funcionárias que trabalham em serviços terceirizados, e vivem o dia-a-dia da empresa na limpeza, na recepção, também usufruem da sala de amamentação. Durante o período de trabalho, não há horário fixo para a amamentação. Quem faz o horário é a criança, sob livre demanda. Nossa equipe conta com enfermeiras e pediatras e priorizamos a amamentação.

Para a empresa, qual foi o impacto desta política?

A maioria das nossas funcionárias é mulher e o resultado é bastante proveitoso. Quando a funcionária retorna ao trabalho, tem orgulho, está feliz. A Eurofarma



Márcia Tanaka, à dir., com Claudia Cremon Giomo e Julia, de sete meses.

não vê a ampliação da licença-maternidade como um problema. Ouvimos muitos relatos sobre a tranquilidade que a licença ampliada proporciona. Percebemos que as mães estão mais atentas aos benefícios da amamentação. Os relatos sobre o prazer em amamentar são constantes.

Campanha e bons planos para a SMAM em São Paulo

Santos, Itapeverica da Serra, Cubatão, Guarujá e Itai já sancionaram a licença-maternidade de seis meses para as funcionárias de suas prefeituras, assim como Taubaté, Americana, Franca, São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires, Penápolis e Lins. Em Embu, dr. Valdenise Calil, presidente do Comitê de Aleitamento Materno da **Sociedade de Pediatra de São Paulo** (SPSP), participou, em abril, de debate na Câmara Municipal, a convite do vereador Professor Toninho, que apresentou projeto para ampliar a licença para 180 dias para as mães e 15 dias para os pais.

Para a SMAM, já é grande a movimentação, e no sul da capital, a Universidade Ítalo Brasileira, vai receber, dia 12 de agosto, o IV Encontro de Aleitamento Materno da Região. Organizado pelos quatro hospitais públicos, esse ano, a programação científica está sob responsabilidade da dra. Rosângela Gomes Santos, que também integra o Comitê Científico de Aleitamento Materno da SPSP. Além da mesa-redonda com as empresas, estão planejadas palestras com a professora Isília Aparecida Silva, diretora da Escola de Enfermagem da USP, com o dr. João Aprígio, coordenador da Rede Nacional

de Bancos de Leite Humano, entre outras atividades. A inscrição é gratuita. Em Santos, onde o prefeito João Paulo Tavares Papa sancionou, no final de março (foto), a licença-maternidade de seis meses, as lideranças da pediatria comemoram a conquista, enquanto articulam o tradicionalmente amplo movimento realizado na SMAM. Na programação do Centro de Lactação prevista pelas dras. Laís Bueno e Keiko Teruya, vice-presidente do Comitê da SPSP e integrante do Comitê Assessor do Ministério da Saúde em Aleitamento Materno, concurso de frases, desenhos e depoimentos de alunos e professores das escolas de ensino fundamental. A Rede Social Amamentação Santos e Região – que envolve seis municípios, e o Senac – organiza o IV Fórum "Amamentação" e a dra. Regina Braghetto, da Secretaria de Higiene e Saúde, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e também membro do Comitê da SPSP, informa que a Festa da Amamentação será no dia seis de agosto, com entrega de diplomas às mulheres que amamentaram exclusivamente no peito seus bebês até o sexto mês e aos profissionais de saúde que se destacaram no apoio às mães.



Dras. Keiko Teruya (em pé, com o microfone), Regina Braghetto e Célia Lopes Machado participaram da solenidade de sanção da licença-maternidade de seis meses em Santos. O prefeito está ao centro.

Em Lins, o pediatra e chefe da UTI neonatal da Santa Casa da cidade, dr. Paulo Eduardo Imamura, concentra agora seu foco na adesão da iniciativa privada e organiza para sete de agosto, durante a SMAM, o "I Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente: Relação Empresa e Família". "Nosso objetivo é a conscientização dos dirigentes das instituições sobre a importância da adequada estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor infantil desde o nascimento", ressalta. Já confirmaram presença os drs. Valdenise, Dioclécio Campos Jr. e o presidente da SPSP, José Hugo Lins Pessoa. Em São Bernardo do Campo, dra. Marisa Aprile, do Banco de Leite Humano e integrante do Departamento da SPSP, informa que a SMAM contará com grupos de orientação a gestantes com participação de pediatras na Rede Básica, palestras para adolescentes alunos de escolas estaduais e para agentes comunitários de saúde e com a "Festa da Mãe Doadora de Leite Humano".

SMAM e mais

Simpósio e conquistas em Pernambuco

Centrado no apoio da família e do profissional de saúde à amamentação, o III Simpósio Pernambucano de Aleitamento Materno está previsto para oito e nove de agosto, em Recife. Uma oficina será dirigida aos profissionais dos Hospitais Amigos da Criança e uma encenação teatral apresentada por estudantes de medicina da Universidade Federal de Pernambuco. Para a presidente da **Sociedade de Pediatra de Pernambuco (Soepe)**, dra. Lúcia Trajano, o apoio cotidiano faz a diferença na adesão ao aleitamento materno e deve vir de todos, não apenas dos profissionais: "a mulher precisa chegar em casa e receber ajuda do companheiro, da família". Na opinião da dra. Lindacir Sampaio, presidente do Departamento de Aleitamento Materno, a "Campanha das madrinhas da SMAM" tem ajudado bastante a divulgar a importância da amamentação e "uma que marcou muito" foi a de 2003, com a atriz Luiza Thomé amamentando seus gêmeos. "As mães viam o cartaz no consultório e se impressionavam", comenta. Sobre o apoio dos governos, depois da conquista da licença-maternidade de seis meses para as servidoras do estado, da capital, de Petrolina, Salgueiro, Pedra, Vitória de Santo Antão e Olinda, a Soepe trabalha para ampliar o movimento. A pediatra Adriana Antunes, presidente do Departamento de Alergia e Imunologia da entidade e funcionária do estado, dá seu depoimento sobre a importância do benefício: "ano passado, quando estava quase acabando os quatro meses da licença-maternidade



Henrique, filho da Dra. Adriana, pediatra e funcionária pública do estado, beneficiada pela licença-maternidade de seis meses. Com a mãe e o pai, Antônio

pelo nascimento de Henrique, a lei que amplia para 180 dias foi sancionada em Pernambuco. Ganhei mais dois meses de dedicação ao meu filho. Não sei como seria se não tivesse esse tempo a mais. O aleitamento materno demanda tempo, para atender às necessidades do bebê. Não é fácil, mas meu marido, Antônio Calado, também médico, me deu total suporte. Consegui amamentar Henrique exclusivamente com meu leite até os seis meses, e depois continuei amamentando até os dez, quando precisei fazer uma viagem de trabalho. Se você está consciente de que está fazendo o melhor para o seu filho, todo cansaço e dificuldades compensam, ainda mais quando se tem apoio".

Campanha nas maternidades do Acre

A **Sociedade Acreana de Pediatra** planeja para agosto uma campanha pró-amamentação nas duas maternidades de Rio Branco, com intensificação do trabalho já desenvolvido. A informação é da dra. Flávia Santos, a nova presidente do Comitê de Aleitamento Materno da entidade, que acrescenta também: "na maternidade pública temos o serviço do Banco de Leite, dirigido pela dra. Simone Chaves, e que realiza um trabalho de apoio importante, com palestras diárias nas enfermarias, orientação às mães das crianças acompanhadas no ambulatório, além de um serviço de atendimento 24 horas para os problemas da amamentação e de um 0800 para a doação de leite humano". De acordo com a dra. Flávia, "é fato que, no dia-a-dia, vemos que a maioria das mães aceitam bem a amamentação no primeiro momento, principalmente quando ainda estão na maternidade. Todavia em casa, às vezes falta apoio dos familiares, e ainda vigora a versão inverídica, bravamente combatida pelos pediatras, de que o mingau é que sustenta. Os cartazes das madrinhas da amamentação são sempre bem vindos, pois as mães se vêem na mesma situação das artistas bem sucedidas".

SBP Responde O Departamento Científico de Aleitamento Materno da SBP responde às dúvidas de mães e profissionais. O endereço é www.sbp.com.br (ver Departamento Científico / Aleitamento Materno / Fale conosco).

Existe na composição do leite materno algum fator que contribua para a constipação da criança? A alimentação da mãe interfere?

O leite materno protege o bebê contra constipação intestinal. É bastante conhecido o efeito laxante do colostro e do leite humano. Crianças amamentadas somente com leite materno podem ter o hábito intestinal bastante variado. Por exemplo, podem evacuar várias vezes ao dia ou até evacuar a cada três ou cinco dias. Isto é considerado normal, desde que as fezes sejam amolecidas, sem sangue e a criança esteja ganhando peso. Nos primeiros dias de vida, o bebê evacua após cada mamada, depois o intervalo vai sendo progressivamente aumentado. Alguns bebês têm dificuldade em evacuar, fazem força, ficam vermelhos e choram, mas as fezes são semi-líquidas. Isto não significa constipação, trata-se de uma incoordenação entre o reto e ânus, que irá melhorar com o crescimento da criança, ou seja, o bebê faz força para evacuar, mas o esfíncter anal não abre. Nestes casos, não é necessário usar alimentos laxantes ou medicamentos. Pode-se ajudar a criança, fazendo massagens no abdome e flexionando gentilmente suas pernas e coxas. Não há comprovação científica que indique que uma dieta laxante para a mãe possa determinar um efeito laxante no intestino do bebê.

Drs. **Jefferson Pereira Guilherme** / **Graciete Oliveira Vieira** / **Luciano Borges Santiago**, do Departamento Científico de Aleitamento Materno da SBP